

Vol 6 Issue 3 Dec 2016

ISSN No : 2249-894X

*Monthly Multidisciplinary
Research Journal*

*Review Of
Research Journal*

Chief Editors

Ashok Yakkaldevi
A R Burla College, India

Ecaterina Patrascu
Spiru Haret University, Bucharest

Kamani Perera
Regional Centre For Strategic Studies,
Sri Lanka

Review Of Research Journal is a multidisciplinary research journal, published monthly in English, Hindi & Marathi Language. All research papers submitted to the journal will be double - blind peer reviewed referred by members of the editorial Board readers will include investigator in universities, research institutes government and industry with research interest in the general subjects.

Regional Editor

Dr. T. Manichander

Advisory Board

Kamani Perera Regional Centre For Strategic Studies, Sri Lanka	Delia Serbescu Spiru Haret University, Bucharest, Romania	Mabel Miao Center for China and Globalization, China
Ecaterina Patrascu Spiru Haret University, Bucharest	Xiaohua Yang University of San Francisco, San Francisco	Ruth Wolf University Walla, Israel
Fabricio Moraes de Almeida Federal University of Rondonia, Brazil	Karina Xavier Massachusetts Institute of Technology (MIT), USA	Jie Hao University of Sydney, Australia
Anna Maria Constantinovici AL. I. Cuza University, Romania	May Hongmei Gao Kennesaw State University, USA	Pei-Shan Kao Andrea University of Essex, United Kingdom
Romona Mihaila Spiru Haret University, Romania	Marc Fetscherin Rollins College, USA	Loredana Bosca Spiru Haret University, Romania
	Liu Chen Beijing Foreign Studies University, China	Ilie Pinteau Spiru Haret University, Romania
Mahdi Moharrampour Islamic Azad University buinzahra Branch, Qazvin, Iran	Nimita Khanna Director, Isara Institute of Management, New Delhi	Govind P. Shinde Bharati Vidyapeeth School of Distance Education Center, Navi Mumbai
Titus Pop PhD, Partium Christian University, Oradea, Romania	Salve R. N. Department of Sociology, Shivaji University, Kolhapur	Sonal Singh Vikram University, Ujjain
J. K. VIJAYAKUMAR King Abdullah University of Science & Technology, Saudi Arabia.	P. Malyadri Government Degree College, Tandur, A.P.	Jayashree Patil-Dake MBA Department of Badruka College Commerce and Arts Post Graduate Centre (BCCAPGC), Kachiguda, Hyderabad
George - Calin SERITAN Postdoctoral Researcher Faculty of Philosophy and Socio-Political Sciences Al. I. Cuza University, Iasi	S. D. Sindkhedkar PSGVP Mandal's Arts, Science and Commerce College, Shahada [M.S.]	Maj. Dr. S. Bakhtiar Choudhary Director, Hyderabad AP India.
REZA KAFIPOUR Shiraz University of Medical Sciences Shiraz, Iran	Anurag Misra DBS College, Kanpur	AR. SARAVANAKUMARALAGAPPA UNIVERSITY, KARAIKUDI, TN
Rajendra Shendge Director, B.C.U.D. Solapur University, Solapur	C. D. Balaji Panimalar Engineering College, Chennai	V.MAHALAKSHMI Dean, Panimalar Engineering College
	Bhavana vivek patole PhD, Elphinstone college mumbai-32	S.KANNAN Ph.D , Annamalai University
	Awadhesh Kumar Shirotriya Secretary, Play India Play (Trust), Meerut (U.P.)	Kanwar Dinesh Singh Dept.English, Government Postgraduate College , solan

More.....



DESENVOLVIMENTO LOCAL: O REFLEXO DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL NO DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DOS ESTADOS DA REGIÃO SUL DO BRASIL

(Regional Development: the reflection of capital transfers in the development of states in southern Brazil)

Cristiano Martins Vieira¹ and Rodrigo Belmonte da Silva²

¹Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pelotas com mestrado em administração estratégica de negócios pela Universidade Nacional de Misiones – AR e doutorando em administração pela Universidade Nacional de Misiones–AR.

²Formado em Administração pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Uri Santiago com mestrado em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Maria – RS.

Resumo

A busca de alternativas que gerem reflexos no desenvolvimento local tem sido um dos grandes desafios dos gestores públicos. Neste sentido o presente artigo busca verificar os reflexos da política pública de transferências de capital no desenvolvimento regional. As transferências de capital, aqui trabalhadas são aquelas fruto da transferência voluntária de recursos por outros entes da federação. Metodologicamente foi realizada uma pesquisa descritiva a partir de um estudo de caso nos municípios dos estados da região sul do Brasil (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) onde foi verificado o total de recursos recebidos a título de transferências de capital do ano de 2003 a 2014, extraídos do site da Secretaria do Tesouro Nacional, e os indicadores de desenvolvimento humano municipal (2010), obtidos a partir do site do PNUD. A partir destas informações foi realizada uma análise estatística através do coeficiente de



correlação entre as transferências de capital per capita e os indicadores de desenvolvimento. Como resultado da presente pesquisa foi verificada uma correlação existente entre o total captado per capita e o IDHM, com destaque aos municípios do estado de Santa Catarina que obtiveram uma maior captação per capita e um alto grau de desenvolvimento.

Palavras Chaves: Regional Development; Capital, Southern Brazil.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a competitividade entre os municípios brasileiros vem crescendo de forma significativa, principalmente porque na análise do desempenho dos

gestores tem-se utilizado de indicadores como Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDHM para medir o desenvolvimento dos municípios e assim analisar suas gestões.

A utilização de indicadores como medida de desempenho surge de um debate sobre a questão do desenvolvimento x crescimento. Schumpeter (1911) foi o primeiro economista a assinalar esse fato, quando afirmou que o desenvolvimento econômico implica transformações em estruturais do sistema econômico e que o simples crescimento da renda per capita não assegura este desenvolvimento (apud BRESSER PEREIRA, 2008, p. 1). Autores como Bassan e Siedenberg (2008)

defendem que o conceito de desenvolvimento é mais amplo, superando assim a ideia de crescimento, onde o desenvolvimento é medido através de indicadores qualitativos e não apenas quantitativos. Pensando nisso, os gestores municipais na tentativa de melhorar os serviços prestados e como forma de oportunizar melhores condições de vida aos munícipes buscam aumentar sua fonte de financiamento através das transferências de capital, ou seja, as transferências voluntárias. Essas transferências voluntárias são a "entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde". (LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000, art. 25). A necessidade de captar essas transferências ocorre principalmente devido ao Pacto Federativo, onde a divisão da carga tributária brasileira entre os

governos dos três níveis da federação é extremamente centralizada na União, que fica com 68%; os Estados com 26%; e os Municípios somente com 5% do total (Confederação Nacional dos Municípios - CNM 2014, p. 30).

Neste cenário os municípios se veem obrigados a buscar fontes exógenas de financiamento que impactem no desenvolvimento da sua cidade ou região, porém o simples acesso a estes recursos exógenos podem não refletir nos indicadores de desenvolvimento. Diante de tal situação, o presente artigo tem como objetivo mensurar os valores captados pelos municípios dos Estados da Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e compará-los com o IDHM no intuito de verificar a relação entre as transferências de capital e os possíveis impactos nos indicadores de desenvolvimento.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Política Pública de Transferências de Capital

Para Freitas (2009, p. 4) “no Brasil, as primeiras políticas públicas surgiram ainda no governo de Getúlio Vargas (1930–1945) e referiam-se, em especial [...] às questões trabalhistas. Além destas, as áreas da saúde, educação profissional e habitação também foram contempladas”. Antes disso, de acordo com Castro (2008 apud FREITAS, 2009, p. 4), “havia programas assistenciais e pontuais, exclusivos para determinados grupos de interesse e de profissionais (bancários, ferroviários etc.)”. Ainda segundo o autor “somente a partir da década de 80, com o fim da ditadura, as políticas públicas brasileiras ganharam uma nova roupagem, sendo redesenhadas e ampliadas na Constituição de 1988. A partir dela, o Estado passou a ser mais responsabilizado pela regulação, implantação e gestão das mesmas”.

As políticas públicas de transferências de capital são recursos repassados pelo Governo Federal e Estadual para os Municípios, ou seja, é uma espécie de descentralização dos recursos públicos. Essa descentralização no Brasil ocorre em grande parte através de emendas parlamentares, onde geralmente as localidades beneficiárias são formadas por eleitores que contribuíram significativamente para o sucesso eleitoral de um parlamentar (Santana, 2011). Para Lowi (1964 apud SANTANA, 2011, p.12) tais políticas são consideradas tipicamente distributivas, pois representam custos difusos e benefícios concentrados ou geograficamente segmentáveis. Porém conforme Silva e Bassi (2012) tais políticas públicas são um papel do Estado, principalmente pelo Brasil ser uma terra de desiguais e onde Estado tem a obrigação de tornar mais equitativas as oportunidades. Contudo para Santos (2010) é importante ressaltar que, na formulação de políticas públicas, ocorrerão diferentes abordagens da racionalidade:

- na racionalidade econômica: são usados critérios de escolha pública e de economia do bem-estar-social, sem entrar no julgamento de valores;
- na racionalidade político-sistêmica: estabelece-se um acordo entre os atores do jogo do poder, ou seja, não se questiona a responsabilidade moral das políticas;
- na formulação responsável: sujeita-se o processo decisório ao debate e ao escrutínio público, respeitando questões como igualdade, liberdade, solidariedade e democracia.

Sob o aspecto contábil, os aportes das receitas de transferências de capital são descritas por Kohama (2000, p.87) como sendo aquelas “que resultam na constituição ou criação de bens de capital e, conseqüentemente, acréscimo de patrimônio”.

Os municípios na tentativa de ofertar para a sociedade bens e serviços de melhor qualidade buscam captar esses recursos que conforme Prates et al (2006, p. 1):

Os processos de captação, embora possam parecer iniciativas relativamente simples, exigem o domínio de diversos conhecimentos, entre os quais destacamos: a capacidade para a elaboração de projetos, a realização de avaliações e construção de indicadores, disponibilidade de tempo para a realização de pesquisas e estudos, o tratamento de dados e a capacidade de dar-lhes a visibilidade necessária para que fundamentem as propostas e demonstrem a sua relevância em termos de impacto e alcance social. (PRATES et al, 2006, p. 1)

Ainda segundo o autor esses recursos que ingressam nos cofres municipais a título de transferências de capital podem ser caracterizados como recursos não reembolsáveis, ou seja, o chamado “recursos a fundo perdido”, onde não possuem nenhum custo financeiro, sendo exigido em alguns casos apenas a contra partida do ente receptor da transferência e cujo percentual de contra partida normalmente é muito baixo. E por essa razão que os municípios tentam acessá-los para serem utilizados como mecanismos de desenvolvimento.

2.2 Desenvolvimento

O termo desenvolvimento muitas vezes é confundido com crescimento que segundo Souza (2005 apud DALLABRIDA, 2010) destaca a existência de correntes teóricas que consideram o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, onde um local é considerado subdesenvolvido por possuir recursos ociosos e não aproveitá-los, por isso subdesenvolvido e outras que consideram o crescimento econômico meramente quantitativo, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas.

Sachs (2008) diz que não podemos confundir desenvolvimento com crescimento econômico, pois o desenvolvimento vai além da mera multiplicação da riqueza material. Para o autor o crescimento só existirá se houver redução da pobreza e das desigualdades sociais, assim como geração de novos empregos ou alternativas de renda para população.

Dentre as teorias sobre o desenvolvimento, autores como Amaral Filho (1999), Llorenz (2001), Buarque (2002) e Borges (2007) defendem o desenvolvimento endógeno como a forma mais efetiva de desenvolver as regiões.

Para Buarque (2002, p. 2):

“o desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhora da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”.

Outros teóricos defendem o desenvolvimento através da participação efetiva do Estado, como Keynes (1970) com a ação complementar do Estado, Vaz e Caldas (2006) com o uso do poder e compra do Estado, Ultramari e Duarte (2009) com a definição de diretrizes, aporte financeiro e técnico e Girardello e Maia (2012) com o investimento em infraestrutura. Para estes teóricos o desenvolvimento depende da ação do Estado e é esta corrente teórica que o presente artigo tem o objetivo de validar, avaliando o desenvolvimento a partir da participação do Estado, através das transferências de capital para os municípios e o Índice de Desenvolvimento Humano.

3. METODOLOGIA

O presente artigo foi desenvolvido através de uma pesquisa descritiva, a qual exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987). A pesquisa descritiva foi desenvolvida a partir de um estudo de caso onde foram analisadas as receitas acumuladas de transferências de capital-TC recebidas pelos municípios dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina no período de 2003 a 2014.

Segundo Yin (2010, pág. 23) "estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas".

Os dados para análise foram obtidos a partir do site do Tesouro Nacional (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>) onde foram apurados os valores recebidos a título de transferência de capital pelos municípios de cada estado. No site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD (<http://www.pnud.org.br>) foram coletados os dados referentes às informações do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de cada Estado no ano de 2010.

Após a coleta de dados junto aos referidos sites foi realizada a primeira análise comparativa onde destacamos o total de municípios, população, o valor total arrecadado de receita orçamentária de cada município, o percentual das receitas de transferência de capital no orçamento total da receita orçamentária municipal e a receita de transferência de capital per capita. De posse dessas informações foi realizada uma análise estatística através do coeficiente de correlação de Pierson para verificar a existência ou não de correlação entre a receita de transferência de capital per capita com o IDHM.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base nos dados apurados nas pesquisas, apresentam-se na sequência os resultados evidenciados.

Tabela 1–Estados da Região Sul e o total captado em Transferência de Capital 2003-2014

Região Sul	Municípios	População	Rec. Orçamentária - RO	Transf. de Capital - TC	%	TC
Estados			2003 - 2014	2003 – 2014	TC/RO	Per capita
Santa Catarina	295	6.248.436	130.261.115.996	4.607.000.332	3,54	737,30
Rio Grande do Sul	497	10.693.929	219.940.283.540	4.547.743.671	2,07	425,26
Paraná	399	10.444.526	198.386.949.818	4.302.350.347	2,17	411,92

Fonte: Elaborados pelos autores com base nos dados da pesquisa

Inicialmente cabe destacar que a região sul do Brasil é dividida em três estados, Santa Catarina-SC, Rio Grande do Sul-RS e Paraná-PR.

A partir da tabela acima foram evidenciados:

- + Quanto aos municípios: o Estado do RS é o que possui o maior número de municípios seguido pelo PR e SC;
- + Quanto à população: os números apresentam a mesma sequência, ou seja, em primeiro lugar o RS depois PR e SC;
- + Quanto à receita orçamentária: o RS é o que apresenta a maior receita acumulada (2003-2014) seguido pelo PR e SC;
- + Quanto às transferências de capital: os dados apontam a sequência SC, RS e PR;
- + Quanto à representatividade da receita de capital na receita orçamentária: os dados revelam o estado de SC em primeiro lugar, seguido pelo PR e em último o RS;
- + Quanto à transferência de capital per capita: o estado de SC aparece em primeiro, seguido pelo RS e PR.

Analisando os dados acima, o estado do RS é o maior estado em termos de municípios, população e receita orçamentária, porém proporcionalmente ao seu tamanho, a sua captação a título de transferências de capital é inferior ao estado de SC. O estado de SC mesmo sendo o menor (municípios, população e receita orçamentária) dos estados aqui analisados apresenta a maior captação se comparado ao seu orçamento (3,54%) e per capita (R\$ 737,30), sendo muito superior a captação per capita dos estados do RS e PR em 73,3% e 78,9% respectivamente.

Continuando a análise da região sul, a tabela abaixo que demonstra o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 2010.

Tabela 2 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010

Região Sul Estados	IDHM 2010	Renda 2010	Longevidade 2010	Educação 2010
Santa Catarina	0,774	0,773	0,86	0,697
Rio Grande do Sul	0,746	0,769	0,84	0,642
Paraná	0,749	0,757	0,83	0,668

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013

A partir do IDHM dos estados da região sul apresentados acima e considerando que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD categoriza municípios com IDHM na faixa de 0,70 a 0,79 como municípios com alto desenvolvimento fica evidente que os municípios aqui analisados encontram-se em um grau de desenvolvimento alto. Na análise da tabela acima, o IDHM foi desdobrado nas dimensões renda, longevidade e educação onde a educação apresenta o pior índice nas três dimensões pesquisadas.

Conforme estabelecido na metodologia do presente artigo, a validação da teoria do desenvolvimento que defende a participação do Estado no desenvolvimento, analisada aqui a partir das transferências de capital realizadas para os municípios dos Estados da região sul do país entre o período de 2003-2014, será evidenciada a partir de um teste de correlação entre a captação de recursos e o IDHM.

Tabela 3 – Teste de correlação entre as transferências de capital per capita e o IDHM dos Estados

IDHM 2010	<i>Per Capita</i>
Dimensões	0,991
Renda	0,719
Longevidade	0,956
Educação	0,864

Fonte: Elaborados pelos autores com base nos dados da pesquisa

O teste acima evidencia uma forte correlação entre a captação recursos, ou seja, fontes exógenas de financiamento que ocorrem através das transferências de capital, e os indicadores de desenvolvimento humano municipal, pois demonstra uma correlação de 0,991 no IDHM geral, 0,719 no indicador renda, 0,956 na longevidade e 0,864 na educação.

Diante do resultado da correlação fica notório que quanto maior a captação por parte dos municípios melhor o seu IDHM, ou seja, o esforço dos municípios em captar recursos exógenos oriundos da política pública de transferências de capital contribui para melhores indicadores de desenvolvimento.

Na observação dos dados o estado de SC é o que apresenta o melhor resultado, os números demonstram que ele

consegue a maior captação e o melhor retorno do capital investido apresentando o melhor IDHM. No sentido contrario, o estado do RS é o que apresenta a menor captação com 2,07% do seu orçamento total e o pior IDHM (0,746).

A tabela acima deixa claro também uma maior correlação entre os indicadores da dimensão longevidade e educação do que no indicador de renda. Porém cabe destacar que a dimensão educação é o que apresenta os piores indicadores. Esse fato pode estar ligado ao tempo que as ações relacionadas à dimensão educação demoram a influenciar nos indicadores. Outro fator importante a destacar é que no Brasil apenas a partir da Constituição Federal de 1988 e Emendas Constitucionais posteriores estabeleceram percentuais mínimos de gasto com educação a serem atingidos na esfera municipal, estadual e federal. A CF estabeleceu em seu artigo nº 212 que:

“a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

Então somente diante de tal exigência que ocorreu um esforço maior nas três esferas governamentais para que os gastos sejam realizados prioritariamente nesta área.

Na dimensão renda a correlação foi de 0,719, ou seja, foi a mais baixa entre as demais dimensões, provavelmente influenciada pelo que foi exposto acima, pois a dimensão educação e saúde foram contempladas na norma legal de 1998 e posteriores, garantindo assim um cuidado especial por parte dos governos nestas duas dimensões. Esse cuidado em atender a norma constitucional garante assim mais recursos financeiros para a área da educação (creches, escolas, ônibus escolares) e saúde (ambulâncias, postos de saúde, medicamentos) e menos recursos voltados à geração e trabalho e renda.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identifica-se, a partir dos resultados expostos, que a captação de recursos não está relacionada ao tamanho do Estado, seja em número de municípios, população ou total do orçamento, pois o menor Estado, o estado de Santa Catarina, foi o que obteve maior êxito na captação de recursos com 3,54% do seu orçamento total. No sentido oposto, o Estado do Rio Grande do Sul, o maior estado foi o que obteve a menor captação de recursos com apenas 2,07% do seu orçamento total.

Observa-se também uma forte correlação (0,99) entre captação de recursos e IDHM. Essa correlação demonstrou que os municípios que mais captaram recursos obtiveram um melhor desempenho no IDHM, porém verificou-se uma correlação menor na dimensão renda (0,719). Essa baixa correlação pode estar ligada principalmente a falta de uma política municipal clara de captação de recursos para fomento de ações voltadas a geração de trabalho e renda que impactariam na dimensão renda.

Nota-se também que mesmo com uma forte correlação na dimensão educação (0,864), esta dimensão é a que apresenta os indicadores mais baixos, o que pode evidenciar a ineficiência na conversão destes recursos captados ou que os resultados desses investimentos não refletem no curto prazo.

Essas considerações reforçam o debate em torno do papel do Estado, onde as informações evidenciam o Estado como agente ativo no desenvolvimento. Neste contexto, a percepção de que os municípios devem assumir a responsabilidade de buscar recursos exógenos de financiamento de atividades que conduzam a ações que visem o desenvolvimento deve e pode ser o foco de um gestor público municipal e, conseqüentemente o desempenho do gestor pode ser acompanhado e avaliado pela sociedade.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico. In: Encontro de Economia da Região Sul – ANPEC, 2, Curitiba, 1999.
2. BASSAN, Dilani Silveira, SIEDENBERG, Dieter Rugar. Desenvolver buscando a redução das desigualdades. In: Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares. Organizadores: Dinizar F. Becker, Milton Luiz Wittmann. 2. ed.- Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008. 396 p.
3. BORGES, Claudia Moreira. Desenvolvimento Local e Avaliação de Políticas Públicas: análise da viabilidade para construção de um índice de desenvolvimento local para o município de São José do Rio Preto. Dissertação de Mestrado, apresentada na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP, 2007.
4. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Manole, 2005.
5. BRASIL. Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Lei que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade de gestão fiscal.
6. Bresser-Pereira, Luis Carlos. Crescimento e desenvolvimento econômico. <http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>. Acessado em 01/08/2016.
7. BUARQUE, Sérgio C.. Construindo o desenvolvimento local sustentável: Metodologia e planejamento. 2.ed. Rio de Janeiro.

Garamond, 2002.

8. Confederação Nacional de Municípios – CNM. Estudos Técnicos CNM / Confederação Nacional de Municípios – Brasília: CNM, 2014.

9. DALLABRIDA, Valdir Roque. Desenvolvimento Regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? – 1 ed. – Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010. 2013 p.

10. FREITAS, Mariana Oliveira. Políticas Públicas: experiências em educação, cultura, comunicação e cidadania. 2009. Disponível em: https://mestrado.fic.ufg.br/up/76/o/politicas_publicas_experiencias_educacao_cultura.pdf. Acessado em: 23 de agosto de 2015.

11. FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração.

http://www.ie.ufrj.br/celsofurtado/pdfs/os_desafios_da_nova_geracao.pdf. Acessado em 01/08/2016.

12. GIRARDELLO, Mauricio, MAIA, Otávio. Inovação na gestão pública. Coordenação Richard Dubois, João Lins. São Paulo: Saint Paul Editora, 2012.

13. Keynes, John. Maynard. Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970.

14. KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: teoria e prática. 7ª edição. São Paulo: Editora Atlas S/A, 2000.

15. LLORENS, Francisco Albuquerque. Desenvolvimento Econômico Local: Caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política. Tradução de Antonio Rubens Pompeu Braga. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

16. PRATES, Jane C. et al. A captação de recursos e o poder local. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 5, nov. 2006.

17. SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro, 2008.

18. SANTANA, Vitor Leal. Atraindo o PORK: que fatores explicam a execução das emendas orçamentárias no Brasil?. Tese de mestrado em Ciência Política do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, 2011.

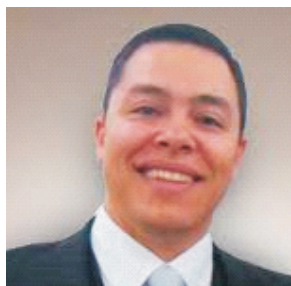
19. SANTOS, Maria das Graças dos. Políticas Públicas: contribuições para o debate. In Gestão Pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. Orgs. Roberto Kanaame; Alécio Fiel Filho; Maria das Graças Ferreira. São Paulo: Atlas, 2010.

20. TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

21. ULTRAMARI, Clóvis, DUARTE, Fábio. Desenvolvimento local e regional. Curitiba: Ibipex, 2009.

22. VAZ, José Carlos, CALDAS, Eduardo de Lima. Desenvolvimento Local e Políticas Territoriais. Encontro de administração pública e governança (2006). São Paulo-SP de 22 a 24 de novembro de 2006.

23. YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 248 p.



CRISTIANO MARTINS VIEIRA, M.Sc.

Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pelotas (1996), especialização em Gestão Empresarial pela Universidade Federal de Rio Grande (2001). Mestre em Administração Estratégica de Negócios pela UNAM - Universidade Nacional de Misiones -AR (2010), Título Reconhecido no Brasil em Universidade Federal como Mestre em Administração, Doutorado em Administração pela UNAM - Universidade Nacional de Misiones -AR (2014). Atualmente é professor no Curso Superior de Gestão Pública, Coordenador do Eixo Gestão e Negócios, Coordenador do Curso de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Coordenador do Curso de Técnico Integrado em Administração e Técnico em Secretariado do Instituto Federal Farroupilha - Campus São Vicente do Sul.



RODRIGO BELMONTE DA SILVA, M.Sc.

Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria -RS na linha de pesquisa em Gestão estratégica organizacional, Especialista em Gestão empresarial com ênfase em administração estratégica, graduado em administração pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões campus de Santiago e licenciado em educação profissional pela UFSM. Foi professor da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) campus Santiago, nos cursos superiores de administração, ciências contábeis e engenharia agrícola, e coordenador do MBA em gestão estratégica organizacional. Professor em regime exclusivo do Instituto Federal Farroupilha, Campus São Vicente do Sul. Atualmente, ministra disciplinas de administração nos cursos técnicos, superiores e pós-graduação. Pesquisador e Extensionista nas áreas de gestão estratégica pública e privada, inovação e desenvolvimento regional.

Publish Research Article

International Level Multidisciplinary Research Journal For All Subjects

Dear Sir/Mam,

We invite unpublished Research Paper, Summary of Research Project, Theses, Books and Books Review for publication, you will be pleased to know that our journals are

Associated and Indexed, India

- ★ Directory Of Research Journal Indexing
- ★ International Scientific Journal Consortium Scientific
- ★ OPEN J-GATE

Associated and Indexed, USA

- DOAJ
- EBSCO
- Crossref DOI
- Index Copernicus
- Publication Index
- Academic Journal Database
- Contemporary Research Index
- Academic Paper Database
- Digital Journals Database
- Current Index to Scholarly Journals
- Elite Scientific Journal Archive
- Directory Of Academic Resources
- Scholar Journal Index
- Recent Science Index
- Scientific Resources Database

Review Of Research Journal
258/34 Raviwar Peth Solapur-
413005, Maharashtra
Contact-9595359435

E-Mail-ayisrj@yahoo.in/ayisrj2011@gmail.com